



## Transformação e diferenciação dos agroecossistemas da região oeste de Santa Catarina / BR

### *Transformation and differentiation of agroecosystems in Western Santa Catarina / BR*

Oscar José ROVER<sup>1</sup>, Carlos Eduardo ARNS<sup>2</sup>, Juliano Vitória DOMINGUES<sup>1\*</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Pelotas, RS, Brasil.

\* E-mail de contato: juliano.tche@gmail.com

Artigo recebido em 5 de julho de 2022, versão final aceita em 29 de maio de 2023, publicado em 8 de dezembro de 2023.

**RESUMO:** Este trabalho tem o objetivo de descrever e analisar o processo histórico de ocupação da região Oeste de Santa Catarina, constituída por diferentes grupos sociais, implementando diferentes modos de ocupação e uso dos recursos naturais. Entender esse processo auxilia na compreensão do desenvolvimento atual do território, assim como de potenciais e riscos para seu desenvolvimento futuro. O estudo utilizou a teoria dos sistemas agrários para compreender as dinâmicas de diferenciação e transição dos modos de produção no território. Para tanto, fez uso de uma metodologia qualitativa, com recurso a documentos históricos e acadêmicos sobre a região, e análise de conteúdo destes documentos, além do uso de observação participante e não participante. Se conclui pela pertinência da metodologia de diagnóstico e análise dos sistemas agrários para o entendimento da diferenciação e transição de modos de produção em contextos territoriais específicos. A dinâmica histórica do Oeste de SC permitiu identificar um processo de complexificação dos sistemas agrários, com crescente dependência de fatores externos. Ao mesmo tempo se identificou que alguns desses fatores seriam chaves para uma transição sustentável no desenvolvimento do território.

*Palavras-chave:* sistemas agrários; territórios rurais; oeste catarinense; agricultura familiar e camponesa; desenvolvimento rural.

**ABSTRACT:** This work aims to describe and analyze the historical process of occupation of Western Santa Catarina, constituted by different social groups, implementing different modes of occupation and use of natural resources. Understanding this process helps in understanding the current development of the territory and the potential and risks for its future development. The study used the theory of agrarian systems to understand the dynamics of differentiation and transition of modes of production in the territory. Thus, we employed a

---

qualitative methodology, using historical and academic documents regarding the region, content analysis of these documents, and participant and non-participant observation. In conclusion, the diagnosis methodology and analysis of agrarian systems are relevant for understanding the differentiation and transition of modes of production in specific territorial contexts. The historical dynamics of Western Santa Catarina allowed us to identify a complexification of agrarian systems with increasing dependence on external factors. At the same time, we identified that some of these factors would be vital for a sustainable transition in the development of the territory.

*Keywords:* agrarian systems; rural territories; western Santa Catarina; family and peasant agriculture; rural development.

## 1. Introdução

O objetivo deste trabalho é descrever e analisar o processo histórico de ocupação da região Oeste de Santa Catarina por diferentes grupos sociais, a partir de uma perspectiva que destaca as relações entre esses grupos e o meio ambiente, organizando diferentes modos de ocupação do território e usos dos recursos naturais. A análise é ancorada na teoria dos Sistemas Agrários (Dumazert & Levard, 1988; Dufumier, 1996; Miguel, 2009; Mazoyer & Roudart, 2010), que analisa a transformação e a diferenciação da ocupação de dado território, a partir dos seus diferentes modos de uso.

Para a caracterização dos sistemas agrários, considerou-se um conjunto de variáveis de diferentes unidades de paisagem, nos diferentes períodos de ocupação predominante: os grupos humanos e diferentes elementos sociais por eles gerados ou alterados; os modos de acesso e ocupação da terra; os modos de artificialização do meio; os instrumentos de produção utilizados; as principais atividades produtivas desenvolvidas na ocupação do espaço; os excedentes agropecuários; as relações de troca; os fatores de crise e transição.

A teoria dos Sistemas Agrários é considerada “um instrumento intelectual que permite apreender a complexidade de cada forma de praticar agricultura

e perceber, em grandes linhas, as transformações históricas e a diferenciação geográfica das agriculturas humanas” (Mazoyer & Roudart, 2010, p. 71). Para Mazoyer (1985 apud Dufumier, 1996), um Sistema Agrário pode ser definido como um modo de exploração do meio, historicamente constituído, que representa um sistema de forças de produção adaptado às condições bioclimáticas de um espaço dado e que responde a condições de cada momento histórico. Um conjunto de diferentes sistemas de produção, que têm um semelhante modo de exploração do meio, poderia ser definido como um sistema agrário. Assim, na dinâmica histórica de qualquer território predominantemente rural, novos modos de produção vão sendo implementados por diferentes sistemas produtivos agropecuários, promovendo transições e podendo gerar novos sistemas agrários.

Assim, autores como Dumazert & Levard (1988) e Miguel (2009) propõem uma metodologia de diagnóstico e análise dos sistemas agrários (DASA), a qual se estrutura a partir da identificação, caracterização e análise das inter-relações entre quatro principais componentes, dos quais três são internos aos sistemas produtivos: o ecossistema, os grupos sociais e suas organizações, e os meios técnicos ou de produção. Estes componentes internos se encontram constantemente em relação com fatores externos (o quarto componente), e são por estes

impactados, resultando em mudanças que podem levar à diferenciação dos sistemas de produção e do próprio sistema agrário.

Essa metodologia foi utilizada pelo estudo que dá origem a este artigo, para descrever e analisar os processos de diferenciação e transição dos sistemas agrários do Oeste de Santa Catarina. Operou-se uma pesquisa qualitativa, especialmente a partir de documentos e estudos históricos da região, realizando sobre eles uma análise de conteúdo. Além disso, acompanharam-se diversos processos organizativos e produtivos que ocorreram na região Oeste de Santa Catarina, no período entre finais dos anos 1990 e os dias atuais, com uso de observação participante e não participante. Para a análise se definiu o recorte temporal entre os tempos ancestrais e os anos 1990, ponderando sobre seus impactos nos dias atuais.

Além desta introdução, o artigo se organiza em mais três partes: a segunda traça uma breve caracterização do meio ambiente do território Oeste Catarinense; a terceira pondera sobre quatro processos de ocupação do território e diferencia os sistemas agrários resultantes do encontro entre os grupos sociais, o meio natural e as dinâmicas tecnológicas; por fim, a partir deste cenário, faz-se uma síntese analítica e são apontados alguns desafios para refletir o processo de desenvolvimento contemporâneo desse território.

## 2. Características do ambiente biofísico da região Oeste de Santa Catarina

A região Oeste de Santa Catarina é vasta e diversa, seja em termos de relevo, solos, condições climáticas, bem como a população ocupante.

A partir de 2017, na nova divisão regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esta região passou a ser denominada de Região Geográfica Intermediária de Chapecó, constituída por sete Regiões Geográficas Imediatas (São Miguel do Oeste, Maravilha, São Lourenço do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Concórdia e Joaçaba / Herval do Oeste). Estas regiões abarcam 118 municípios, com uma população estimada de 1.115.238 de habitantes em 2018, distribuídos em uma área total de 24.599.429 km<sup>2</sup> (IBGE, 2017).

Existem três perfis ecológicos mais comuns nas zonas agroecológicas deste território: os campos de altitude; as encostas; e as áreas planas que se formam em duas situações: locais baixos próximos às malhas fluviais ou platôs em meio às encostas existentes. Esta descrição geral está apresentada no corte transversal da Figura 1, destacando-se que há uma diversidade de ecossistemas que se formam nessas diferentes situações.



FIGURA 1 – Corte transversal do relevo da região Oeste de Santa Catarina (m).

NOTA: Modelo Digital de Elevação com complemento *Terrain Profile* do QGIS v 3.

FONTE: os autores, a partir de IBGE, 2002.

A Figura 1 permite perceber que o relevo e ecossistemas da região são mais irregulares e diversos do que a classificação proposta pelo IBGE (1990, p. 57) como “Planalto das Araucárias”, que se estende desde as regiões de Caxias do Sul e Santa Maria no Rio Grande do Sul até as regiões de Campo Mourão e Cascavel no Paraná.

Quanto à vegetação, a região Oeste de Santa Catarina é coberta pela Floresta Ombrófila Mista e, em menor porção, pelos Campos Naturais nas áreas de planaltos, e por uma Floresta Estacional Decidual, nas áreas de maior declividade e encostas, onde se encontram platôs entremeados e planícies às margens dos rios (Figura 2).

Além da diversidade de relevo e florestas, há também uma diversidade de tipos de solo e fertilidade na região Oeste de SC. Naturalmente predominam os solos eutróficos nos lugares de relevo mais acidentado, nas regiões de encostas, pequenos platôs e planícies à beira dos rios. Os solos com baixa fertilidade natural e álicos predominam nas regiões de planaltos de altitude (IBGE, 1990). Como se verá, os três perfis ecológicos identificados foram usados pelos grupos humanos de modo diferente ao longo dos processos de ocupação, sendo base para as transformações que se sucederam.

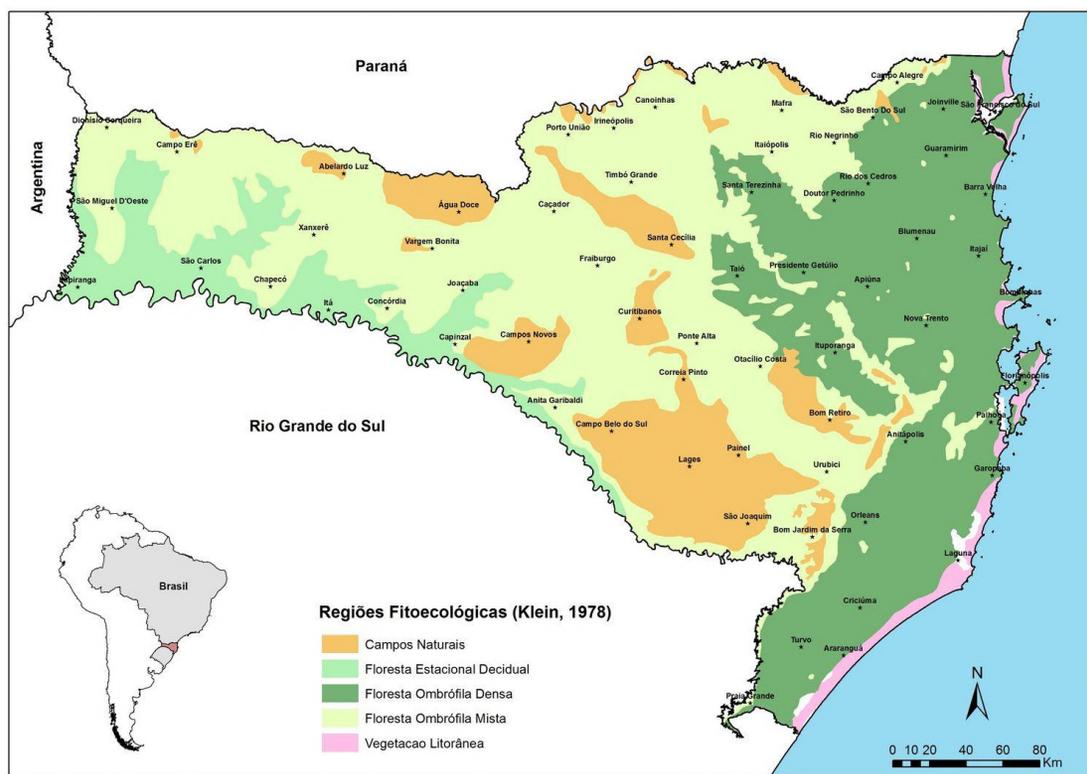


FIGURA 2 – Vegetação de Santa Catarina.

FONTE: IFFSC, 2021.

---

### 3. Os processos de ocupação da região Oeste Catarinense

A seguir se caracteriza, com algumas generalizações, a ocupação da região a partir de quatro grandes processos ao longo de sua história, que se distinguiram, grosso modo, pelos grupos sociais, por sua forma de ocupação e organização socio-cultural, a relação com o meio natural e a forma de exploração, ou seja, seus modos de vida e produção.

#### 3.1. A ocupação indígena

Esta região tem registros de ocupação desde 10 mil anos antes do presente. Arqueólogos registraram sítios das primeiras culturas nomeadas como tradição Humaitá (estabelecida próxima aos grandes rios), depois, nas regiões mais altas, aparece a tradição Umbu e, por fim, favorecidos pela expansão da floresta de araucária no primeiro milênio da era comum, aparece a tradição Taquara/Itararé. Mais recentemente se encontraram nos sítios arqueológicos das planícies a tradição Guarani, agricultores de origem amazônica, e nas florestas de araucária as casas subterrâneas e cerâmicas da tradição Taquara/Itararé, antecessores dos Kaingang e Xokleng, indicando os vínculos históricos (Schmitz, 2011).

Segundo D'Angelis (1995, p. 144),

devemos identificar a área de mata subtropical do Oeste Catarinense como de ocupação Guarani, sobretudo ao longo dos grandes rios e excetuando as bordas de campo. Por outro lado, identificaremos como ocupação Kaingang a mata de araucária e seus campos intermédios.

Marcon (1999, p. 50), por sua vez, afirma que “até o início da segunda metade do século XIX, as

terras da região Oeste de SC e norte do RS eram ocupadas de forma extensiva pelos índios Coroados” (os Kaingang), ou seja, tendo uma ocupação bem mais extensiva deste território que os Guarani. Esse autor registra que os Kaingang se concentravam na região das matas, dela retirando a subsistência.

Tommasino (2000) demonstra que o espaço de moradia dos Kaingang era as áreas de pinheirais, deslocando-se para estruturar os roçados. D'Angelis (1995, p. 150), por sua vez, coloca que, ao contrário dos Guarani, os Kaingang não eram tradicionais agricultores de hábitos sedentários, mas que também não eram nômades, na medida em que seus locais de moradia permaneciam, por mais que seus roçados se deslocassem.

Para Tommasino (2000, p. 193), a unidade territorial da sociedade Kaingang constitui-se em um espaço físico que, resumidamente, é “composto por serras, campos e florestas, onde os grupos possam exercer suas atividades de caça, pesca, coleta e plantio”. No plantio, as principais culturas eram milho, abóbora, feijão, batata-doce e amendoim.

A organização social dos Kaingang era com um cacique, que era o chefe supremo de grupos subordinados. Este cacique indicava os lugares que cada grupo ocuparia nas matas de pinheiro. O uso da terra era coletivo dentro de um mesmo grupo, mas com direitos de propriedade para cada grupo. Pinhais e espaços de alojamento nos campos possuíam uso específico por grupo. Caça e coleta (à exceção do pinhão), poderiam ser realizadas em qualquer área. A roça era propriedade de quem a realizou, enquanto era feita, e como era rotativa, após seu uso a terra retornava ao domínio coletivo (Tommasino, 2000).

A forma de fazer agricultura era através da coivara (abate e queima da mata), realizada nos terrenos altos, geralmente nas bordas e onde havia

mata rala. Os matos maiores eram quebrados e amontoados antes de serem queimados. A semeadura era feita após as chuvas subsequentes à queimada. Não havia nenhum outro trato cultural até a colheita, quando voltavam à área para realizá-la. Após a colheita, a área era abandonada, servindo de coleta de alimentos que ainda se desenvolviam.

Pela diferenciação da agricultura que Mazoyer & Roudart (2010) identificam, este sistema de produção pode ser caracterizado como sistema derrubada-queimada. Segundo eles, apesar de ter um ciclo longo de pousio florestal, por causa da fertilidade proporcionada pela vegetação restaurada e queimada, a produtividade é média e se assemelha a sistemas que na história da agricultura foram posteriormente construídos. A particularidade dos sistemas de produção indígena americano, que a coivara exemplifica, era a ausência da domesticação animal por razões de diversidade de fauna no continente americano comparado aos demais.

Desde as Entradas e Bandeiras, os indígenas da região Sul foram gradativamente concentrando a população em parcelas cada vez mais restritas de áreas, antes extensivamente ocupadas por eles. Destaque-se que mesmo com a maior ocupação luso-brasileira e a colonização por descendentes de europeus, é a partir da implantação do decreto federal do presidente Getúlio Vargas, em 1945, que “os estados do Sul reduziram as áreas reservadas aos índios, em média, a um décimo do que o governo imperial tinha regulamentado” (Tommasino, 2000, p. 213).

Alguns fatores podem ser apontados como relevantes para reduzir o predomínio do sistema agrário Indígena na região, quais sejam: a con-

quista dos Sete Povos das Missões em 1756, que passou a incentivar o trânsito pela região, até então considerado perigoso para os tropeiros (D’Angelis, 1995, p. 150); o processo das caçadas de indígenas para serem escravos, levados para São Paulo ou Assunção, através das expedições dos bandeirantes, fatos responsáveis pelo despovoamento do território (Schmitz, 2011).

### 3.2. *A ocupação luso-brasileira<sup>1</sup>*

A partir dos fatores de crise apontados anteriormente, estruturam-se as frentes pastoris, “que impulsionaram a ocupação dos campos, deixando, naquele momento, as matas (aparentemente) intocadas” (Renk, 1997, p. 31). Ações dispersas de ocupação foram sendo realizadas nessas áreas, através do apossamento por luso-brasileiros, que assim se tornavam agricultores extrativistas.

A estrutura das propriedades nas áreas de campos de altitude da região, desde a segunda metade do século XVIII, foi marcada pelas grandes fazendas pecuárias, dentro das quais havia o fazendeiro e os seus trabalhadores, os peões. Nesse período, as terras eram divididas em terras de criar (os campos de altitude) e terras de cultura (sejam encostas ou pequenas planícies). Estes estilos de agricultura podem ser associados, de acordo com Mazoyer & Roudart (2010), nas formas iniciais de expansão da agricultura: os sistemas pastoris e de derrubada-queimada, este, onde era possível, associado a vazante dos rios.

Em 1845 foi construído o caminho de tropa ligando São Paulo a São Pedro do Rio Grande do

<sup>1</sup> Denominaremos aqui de luso-brasileiros os brasileiros provenientes das primeiras levas de colonização do interior do país, que posteriormente vieram a ser pejorativamente chamados na região Oeste de SC de caboclos (Renk, 1997).

---

Sul, passando pelo Oeste de Santa Catarina, na ocasião ainda parte pertencente ao Paraná e parte em disputa com a Argentina. A partir da construção deste caminho, “consolidaram-se vários povoados nas províncias de Santa Catarina e de São Pedro, especialmente Xanxerê, Passo dos Índios, Passo do Carneiro (Passo Bormann – hoje Chapecó), Goio-En, Nonoai e Cruz Alta” (Marcon, 1999, p. 52). A partir disto, a principal organização comercial da região foi o tropeirismo. Para o mesmo autor, isto trouxe especialmente três impactos: a atração de moradores provenientes das províncias de São Paulo e Paraná, a organização por estes novos moradores de povoados e a circulação de monges por estes novos caminhos (p. 53).

A ocupação, nesta época, foi toda realizada através da posse de pedaços de terra pelos luso-brasileiros. É importante salientar que a lei de terras de 1850, que definia que a partir deste momento a propriedade da terra só seria possível através da compra, bem como a constituição de 1891, que definiu que áreas devolutas eram propriedades do Estado, reservando a este o direito de conceder ou não o direito de propriedade da terra, mais tarde viriam a significar os principais mecanismos legais de exclusão dos agricultores luso-brasileiros das terras da região.

“Em torno de 1870 o ciclo das tropas entra em declínio, concomitante com o das fazendas de criar, resultando num movimento de dispersão da família fazendeira e fragmentação de grandes áreas pelas heranças e partilhas” (Renk, 1997, p. 34). Com o declínio das tropas, parte do excedente da população das fazendas de criar dos campos de Palmas, Erê e Irani deslocou-se ao que hoje é Chapecó, ocupando as matas. Com vastas áreas de florestas despovoadas, a região só foi ocupada a partir do

final do século XIX e de forma bastante esparsa. Em toda essa região houve uma ocupação através da posse de áreas não muito extensas por parte de cada família posseira, que eram excedentes da população das fazendas de criar, foragidos da justiça, exilados das revoltas gaúchas. Especialmente as regiões das matas eram remotas, de difícil acesso, o que possibilitou uma ocupação dos luso-brasileiros por saltos, deixando as áreas mais ocupadas pelos indígenas sem nova posse. Em muitos locais havia um convívio entre luso-brasileiros e Kaingang.

Nesta nova fase, a artificialização do meio era realizada, em muitos casos, no sistema de faxinal. Este sistema combinava áreas em comum para as criações extensivas, mais planas e de vegetação herbácea, predominando os bovinos, equinos e suínos, além de galinhas e outras aves. As áreas de cultivo, distantes das áreas de criação e localizadas nas terras de encosta, eram individuais ou familiares, exploradas no sistema de coivara. Se a manutenção do sistema de coivara na região alterna de indígenas para luso-brasileiros, o sistema faxinal passa a ser a novidade pela ação coletiva de áreas comuns com a inclusão de animais domesticados. Este sistema não incluía leguminosas e produção de esterco para fertilização dos sistemas, características da primeira revolução agrícola (Mazoyer & Roudart, 2010). Utilizavam a fertilidade oriunda das florestas e dos tipos de solos.

Para se ter uma ideia de como já crescia a ocupação da região neste período, apenas na Colônia militar de Chapecó, entre 1882 e 1910, foram expedidos aproximadamente 225 títulos de propriedade da terra (Marcon, 1999). Mesmo assim, muitas áreas florestais se mantiveram desocupadas. Quando da instalação da Colônia Militar de Chapecó, as principais produções da região eram milho, feijão,

---

batatas e hortaliças, produzidos para o consumo das famílias e para comercialização com o próprio exército (Renk, 1997). Neste período, já se tinha disponibilidade de outros instrumentos de trabalho, como enxadas, foices, machados, alguns animais de força de trabalho (ainda sem aração dos solos), para implantação dos roçados. Ali, a tração animal teve como principal papel garantir o transporte (através de carroças e carros de boi, onde se mesclavam tração bovina e a cavalo). Nos ecossistemas de planalto de altitude, onde se situavam as fazendas de criar, as principais atividades eram a pecuária de bovinos e suínos. Nos demais ecossistemas, a caça, coleta, pesca e pequenas lavouras eram as principais atividades. Em ambos os casos, os roçados eram feitos principalmente para o sustento, seja da família ou da fazenda. A erva-mate despontou, nesse período, como atividade comercial importante, sendo sua ocorrência dispersa por toda região, mas com maior concentração nas matas das regiões de solos mais ácidos e álicos.

No início do século XX, havia uma disputa das terras da região Oeste de Santa Catarina, mais especialmente a região dos campos de Palmas e Planalto Norte catarinense. A terra era disputada entre indígenas, caboclos, fazendeiros e empresas colonizadoras. De uma vertente desta disputa resultou a guerra do Contestado, o maior conflito social brasileiro, que saldou oito mil mortos (Valentini, 2015), realizada entre os posseiros da região citada, a polícia particular da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul e o exército brasileiro. Para Piazza (1982, p. 251), havia uma série de problemas que fermentaram as disputas na região:

Interesses econômicos (na época, dada a conotação da erva mate, a região contestada era detentora das maiores reservas nativas desta planta, e era, também,

área de criatório), sociais (com problemas de posse de terras, questionadas face a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul e de seus direitos territoriais daí advindos; além de um processo de formação de segmentos sociais marginalizados, devido à estrutura da sociedade pastoril, da própria construção da estrada de ferro), religiosos culturais (a formação e desenvolvimento de uma cultura religiosa, propiciada pela aceitação de líderes messiânicos) e políticos (a colocação antagônica de líderes regionais – coronéis – pendendo para a facção de cada um dos estados litigantes [sic]).

Dados estes fatos, considera-se que os principais fatores que levaram à crise e transição deste sistema agrário ao seguinte foram: a instituição da Lei de Terras em 1850, que tornou a terra uma mercadoria, transformando todos os posseiros em intrusos (Werlang, 1994); e o fim das disputas que estimulou o governo catarinense a promover uma política de colonização através de empresas privadas. A chegada de novos imigrantes promoveu um amplo processo de expulsão dos posseiros, cujas terras não estavam regularizadas, movendo estas pessoas para áreas mais íngremes e de pouco valor comercial, reduzindo sua área agrícola individual e impossibilitando a reprodução do modo de vida e de produção dos luso-brasileiros. O sistema agrário de faxinais, com áreas comuns para pecuária, teve que ser abandonado e os luso-brasileiros foram forçados a se adaptar à nova dinâmica da propriedade privada.

### *3.3. A ocupação pelos colonos descendentes de europeus*

A partir dos anos de 1920, a região Oeste de SC viveu um amplo processo de ocupação por descendentes de europeus, aumentando em grande

---

medida sua população e densidade demográfica. Agricultores gaúchos começaram a colonizar a região catarinense para iniciar uma nova vida em terra nova (Schuh, 2011).

Os modos de produção desses imigrantes se impuseram sobre os diferentes ecossistemas. A forma de ocupação, muitas vezes através de lotes retangulares de 24,2 ha (uma colônia ou 10 alqueires), em sentido transversal aos vales das bacias hidrográficas, demarcou espacialmente a divisão de propriedades privadas. Escaparam desta colonização as terras altas e planas das fazendas já regularizadas no período anterior e ocupadas naquele período pela pecuária extensiva.

Conforme contrato entre o Governo do Estado de SC e uma colonizadora, houve uma indicação de como deveria ser distribuída a terra para as famílias nas diferentes sub-regiões do Oeste de SC: 30 a 200 ha nas terras de mata, para ser desenvolvida a agricultura; 100 a 500 ha nas terras de ervais (de erva-mate); 250 a 900 ha nas terras de pinhais; e 2000 a 4000 ha nas terras de pecuária; os dois últimos casos planaltos de altitude, em sua maioria (Werlang, 1994).

“Especialmente a partir de 1930, surgiu uma forte dinâmica populacional, ítalo-teuto-brasileira originária do Rio Grande do Sul, que atinge o Rio do Peixe e depois toda zona Oeste de Santa Catarina” (Piazza, 1982, p. 257). Nesta época, em razão dos conflitos, a região havia se tornado praticamente despovoada. O município de Joaçaba, que junto com Chapecó eram os dois municípios da região, possuía uma densidade demográfica de 04 habitantes para cada 03 km<sup>2</sup> em 1917 (Radin, 2001). Chapecó, por sua vez, possuía 0,94 hab./km<sup>2</sup> em 1940 e 6,95 hab. / km<sup>2</sup> em 1950 (Piazza, 1982). O crescimento da densidade demográfica da região

foi intenso no período entre 1920 e 1950. Apesar da baixa densidade populacional do início do século, esta foi crescendo e ocorreu paralelamente a um desmatamento das florestas e abertura de áreas para os roçados (lavouras de milho, feijão, arroz, batata, mandioca) e a criação de pequenos animais (especialmente suínos, e mais tarde de bovinos e aves).

Os colonos ocuparam as áreas de florestas, situadas nas encostas e pequenas áreas planas. Os fazendeiros luso-brasileiros ficaram nas áreas de campos de altitude, mantidas por muito tempo como regiões de pecuária. Para Renk (1997, p. 65), “além da arregimentação dos colonos a companhia teve a seu encargo a ‘limpeza da área’, ocupada por posseiros, para ‘não prejudicar os colonos’”. Os luso-brasileiros excedentes ocuparam as áreas de encosta dos maiores rios da região, se deslocaram para outras regiões, ou se empregaram para o corte de erva, trabalhos nas serrarias e outras tarefas para as quais eram contratados.

O período de 1920 até o início da década de 1960 caracterizou-se como uma agricultura com ênfase para subsistência, circulação de produtos internamente nas comunidades ou na região, através da venda de poucos excedentes, com os insumos provenientes da fertilidade natural da terra e criação animal.

Da colonização desses imigrantes surgiu uma nova organização social, constituída a partir de linhas, setores e comunidades, posteriormente distritos e municípios. O principal agente edificador dessa organização, juntamente e após o trabalho das empresas colonizadoras, foram as igrejas católica e luterana, contribuindo para o desenho de equipamentos comunitários como igrejas, salões comunitários, escolas e clubes de esporte. As categorias socioeconômicas constitutivas dessa dinâmica

---

agrária eram os grandes fazendeiros (produtores) das terras altas e planas, os camponeses ou colonos (imigrantes descendentes de europeus, que assumiram grande parte das áreas de encostas e pequenas planícies entre elas e à beira de pequenos rios) e os luso-brasileiros (que se deslocaram para áreas marginais à beira dos grandes rios ou se tornaram operários).

Assim, a dinâmica agrária do mesmo território vai gerando diferentes modos de artificialização do meio: pela criação extensiva nas áreas planas das grandes propriedades; integração da criação (bovinos, suínos e aves) e o cultivo intensivo em pequena escala, com uso de fertilidade local, nas pequenas propriedades. Ou seja, diferentes modos de produção vão conformando, no mesmo território, diferentes sistemas agrários. Os cultivos dos imigrantes europeus, principalmente de trigo, milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar, além de uma diversidade de produtos de subsistência, eram realizados a partir da queimada da vegetação e do preparo artificial do solo com arados simples e rústicos de tração animal, após a limpeza (destoca) das áreas. Vê-se aqui a combinação com práticas de artificialização do meio usadas anteriormente desde os indígenas, como a coivara.

Desde o início deste processo de colonização, promoveu-se uma mudança da paisagem regional, atrelada ao corte da floresta para comercialização das melhores madeiras e para abertura de áreas de agricultura, objetivando conciliar com a criação de pequenos animais. Há registros fotográficos e relatos de pessoas que viveram na época que demonstram que, apesar de toda a mata e madeira existente, muito se perdeu deste recurso porque o principal objetivo dos colonos que chegavam era a instalação de suas famílias e de suas roças (Schuh, 2011).

A aquisição da terra durante este processo de colonização foi realizada, em muitos casos, de forma articulada por grupos de famílias que vinham do Rio Grande do Sul, buscando construir um núcleo comunitário. Para Poli (2002), isto significou “um dado padrão cultural e um certo modo de vida” (p. 137) destes camponeses, em que “reproduzir-se como pequenos produtores familiares autônomos” (p. 134) era sua busca central. Na cultura destes novos ocupantes do território, o trabalho como valor central e a divisão de tarefas pelos membros da família aparecem como estruturantes (Renk, 1997; Radin, 2001; Poli, 2002).

Pode-se afirmar que a cultura camponesa, vinculando formação de roças para agricultura com a pecuária de pequenos animais, tendo o trabalho familiar e coletivo como transformação do meio, são fatores centrais da definição da nova paisagem da região. Certamente, não pode ser desconsiderado o papel da comercialização de madeira através de balsas nas cheias do Rio Uruguai, motivo de enriquecimento de muitas pessoas da época (Breves, 1985).

Em termos de tecnologias agropecuárias, nesse período se disseminou o uso da mecanização com tração animal, antes apenas utilizada nas fazendas ocupantes dos campos de altitude. O primeiro ano da lavoura era feito através da coivara. Um crescente número de estabelecimentos agropecuários utilizava a aração a partir do segundo ano. Se a prática da coivara se justificava no período de ocupação dos indígenas e luso-brasileiros, especialmente face à baixa densidade demográfica sobre as terras disponíveis, ela já se tornava pernicioso neste novo período. Já não havia terra suficiente para fazer uma rotação adequada que garantisse a recuperação da fertilidade pelo solo no período de pousio (10 a 15 anos), face à pouca disponibilidade de terra que logo

---

devia ser recolocada à disposição para uso agrícola. Mesmo assim, segundo Radin (2001, p. 103), “nas áreas coloniais este foi um procedimento que pouco se modificou até a década de 1970”.

Alguns fatores de crise e transição que vão gerando uma nova dinâmica agrária da região são: limites no modo como até ali se artificializava o meio; uma nascente produção agroindustrial, especialmente ligada à suinocultura, muito praticada pelos colonos imigrantes; o esgotamento da fronteira agrícola, dada a pouca disponibilidade de novas áreas de terra para comercialização; e fatores externos aos sistemas agrários ali existentes, principalmente ligados à modernização da agricultura posta em execução a partir do Estado Nacional Brasileiro. Desde as primeiras pequenas agroindústrias, a partir da década de 1950, até meados da década de 1980, houve uma grande transformação nos modos de produção na região.

### *3.4. Transformação agroindustrial*

No final dos anos 1960, a região Oeste Catarinense já estava amplamente envolvida na implantação da denominada revolução verde. Essa revolução agrícola dos tempos modernos se trata de uma dinâmica de modernização da agropecuária, altamente vinculada a fatores externos à região e aos sistemas de produção e agrários até então ali existentes. Assim, com a revolução dos transportes possibilitando a comercialização globalizada, crescentemente os agricultores passaram a adquirir sementes, adubos químicos, agrotóxicos, máquinas motomecanizáveis e crédito subsidiado (Mazoyer & Roudart, 2010). Isso vinculou muitos agricultores a grandes corporações agroalimentares.

No território existiam algumas das empresas que promoveriam a integração do setor industrial com os agricultores da região. Elas e o processo de integração agroindustrial se expandiram com a modernização do agro brasileiro. As principais foram: Sadia e Perdigão, que juntas formam hoje a Brasil Foods; Seara, Frigorífico Chapecó e Coopercentral. Estas empresas aproveitaram a capacidade produtiva da região, onde as propriedades crescentemente produziam excedentes, especialmente de suínos vivos e banha, alimentados com milho das unidades agropecuárias.

Este período de mudança estrutural dos sistemas agrários da região é o primeiro em que ocorreram mudanças estruturais sem ingresso de um novo contingente populacional. O modo privado de acesso a terra, com título de propriedade, estabelecido nos períodos anteriormente descritos, foi central para as unidades produtivas acessarem um conjunto de políticas, incentivos e subsídios públicos e privados, desenvolvidos para dar suporte ao processo de modernização. Outras formas de acesso a terra ainda existentes no território eram limitadoras para acesso a essas políticas.

A transformação impulsionada pelas técnicas modernas de produção representou um crescimento vertical das produtividades. Nas regiões de planalto de altitude, se intensificou a produção e produtividade do gado de corte, do trigo e do milho, sendo estes grãos produzidos em solos mais profundos. Cabe destacar que estes solos apenas se tornaram aptos para as lavouras com a disseminação do uso do calcário. Antes, pela sua alta acidez e toxidez de alumínio, eram onde se desenvolvia a pecuária extensiva.

Nas áreas das encostas e pequenos platôs ocupadas pelos colonos, que passaram a representar

---

a ampla maioria dos estabelecimentos da região, predominam pequenas propriedades, onde se verificou: intensificação da produção de grãos nas áreas mecanizáveis e intensificação dos sistemas de criação em confinamentos integrados às agroindústrias. Além disso, pequenas parcelas foram crescentemente destinadas para o reflorestamento com espécies exóticas, com finalidade energética (processamento do fumo, criação de aves e demanda das agroindústrias) e de construção.

Dos diferentes relevos existentes na região, até o período anterior eram as encostas as áreas ocupadas por esses agricultores para as lavouras, seja por tradição ou porque era onde estavam as terras mais férteis. Este fator, aliado à aração dos solos e capinas subsequentes do mesmo durante o desenvolvimento das culturas, levou a erosão e perda de fertilidade. As áreas planas dos estabelecimentos eram, no período anterior, utilizadas prioritariamente para instalação da residência, hortas e potreiro, onde se criavam as vacas de leite, normalmente para o consumo da família.

Apenas a partir da década de 1990 que começou a se perceber uma redução qualificada dos níveis de turbidez das águas dos rios da região, significando uma redução do assoreamento dos mesmos pela perda de solo. Isto está ligado ao deslocamento das áreas de lavoura para as partes mais planas, em função da calagem, assim como à introdução da prática do sistema plantio direto na região, aumentando a proteção dos solos. Todavia, tais técnicas avançaram com uso de sementes transgênicas e uso intensivo de agrotóxicos.

Os instrumentos de produção sofreram grandes transformações no período mais intenso da moder-

nização. Nos sistemas de criação se modificaram para galpões cada vez maiores, com sistemas de controle dos fatores ambientais e nutricionais mais sofisticados e automatizados. Nas lavouras, sementes, adubos, agrotóxicos e outros insumos passam a ser crescentemente incorporados aos sistemas produtivos, num processo de dependência tecnológica a fatores externos. Contudo, se crescentemente se adotavam os meios modernos de produção, muitos sistemas produtivos ainda operavam usando meios e ferramentas manuais, de tração animal e mecânica leve e de pequeno porte. Testa *et al.* (1996, p. 62) afirmam que na região havia “predominância de tração animal” ao menos até a década de 1990.

Nesse processo, o desmatamento esteve muito presente na região até o final da década de 1970, pois ainda era vantajoso implantar agricultura, especialmente se integrada à suinocultura crescente. Contudo, a década de 1980 marcou uma crise geral da agricultura e da economia no Brasil, tendo como um de seus catalisadores o esgotamento do crédito subsidiado. Esta crise não atingiu apenas os mais fragilizados. Muitos agricultores estavam endividados e as agroindústrias deram início a um processo de seletividade de integrados, excluindo parceiros, os preços dos produtos agrícolas eram baixos e apresentavam tendência de queda, e apenas crescia o número de famílias que não conseguia viver dignamente de seu pedaço de terra<sup>2</sup>. Em 1980 havia 67.000 suinocultores na região, sendo que apenas 3.860 eram integrados às agroindústrias. Já em 1985, havia 45.000 suinocultores no total, dos quais 18.232 integrados, enquanto em 1995 estimava-se serem 20.000 suinocultores, com uma projeção de 18.700 integrados (Testa *et al.*, 1996).

<sup>2</sup> Na maioria dos casos de descendentes de europeu, as famílias eram grandes, normalmente não baixando de cinco filhos por casal.

A concentração e exclusão da suinocultura, que já era a principal atividade econômica da região neste período, levou os agricultores a buscarem alternativas de renda, sendo que a bovinocultura de leite foi aquela à qual maioria passou a se dedicar, tornando-a a principal atividade dos estabelecimentos do Oeste de Santa Catarina<sup>3</sup> (Mello *et al.*, 2002). Para além das alternativas agropecuárias, muitos não conseguiram tirar dali seu sustento e houve êxodo rural de parte das famílias.

A concentração da produção de suínos representou também a concentração de dejetos dos

mesmos. Como a maioria da produção suinícola estava em localidades onde predominavam os ecossistemas de encostas, não havia solo agrícola suficiente para absorver na forma de adubo todo o dejetos produzido. Miranda (2001) observou que, de 23 microbacias estudadas na região de Concórdia, apenas uma possuía terra agrícola com capacidade de absorver a quantidade de dejetos produzido em seu interior. Estas constatações trouxeram à tona um problema ambiental gerado na região: uma elevada contaminação das águas (Figura 3).

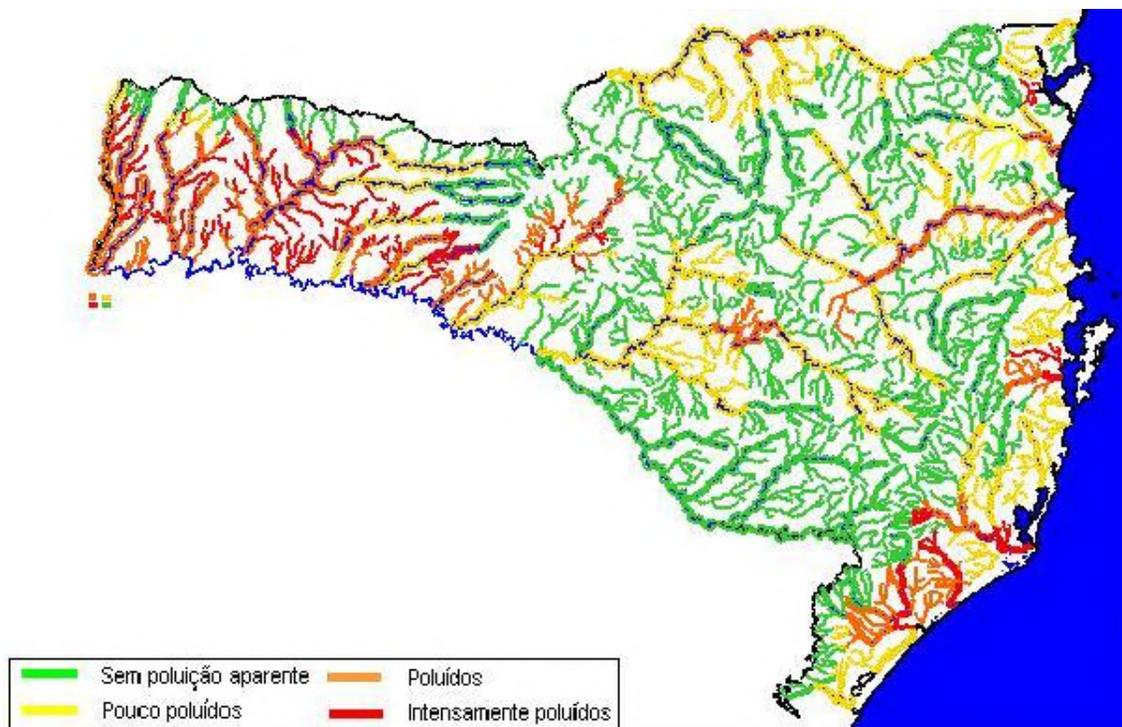


FIGURA 3 – Qualidade dos recursos hídricos no estado de Santa Catarina.

FONTE: INSTITUTO CEPA, 1995.

<sup>3</sup> Se o leite foi a principal alternativa encontrada, não podemos deixar de citar a integração com as agroindústrias na produção de aves e fumo, com as quais muitas propriedades se envolveram como alternativa à exclusão da suinocultura.

---

Recentemente não há estudos ou monitoramento sistemático sobre a qualidade dos recursos hídricos no Oeste Catarinense. Contudo, com a visibilidade dada ao problema de contaminação das águas, novas mudanças tecnológicas ou de organização dos sistemas produtivos foram adotadas, das quais se destaca: suinocultura se concentrou para unidades produtivas maiores; muitos agricultores paulatinamente deslocaram suas lavouras das áreas de encosta àquelas mais planas; foram adotados sistemas de tratamento de dejetos de suínos. O instrumento administrativo do licenciamento ambiental foi chave para que a partir da década de 1990 se minimizasse esse problema de poluição ambiental, induzindo empresas e produtores a práticas mais cuidadosas com o ambiente.

Pode-se afirmar que, se o período de 1930 a 1950 representou a intensa ocupação populacional do meio rural da região por contingentes populacionais vindos do RS, o período pós 1970 representou grande redução da população deste espaço rural através da forte migração para cidades maiores da região, para outras regiões rurais do Centro-norte do país, ou para centros urbanos em outras regiões. Este processo de êxodo rural e regional teve suas particularidades para o Oeste Catarinense, mas pode ser também enquadrado no processo de migração das áreas rurais para os centros urbanos, que ocorreu em todo o Brasil.

### ***5. Considerações finais, à guisa de conclusão: reminiscências e desafios para os dias atuais***

A dinâmica de mudança agrária descrita permite verificar a pertinência da “metodologia de diagnóstico e análise dos sistemas agrários

(DASA)” para estudo e análise de territórios predominantemente rurais. A identificação de diferentes formas de combinação e inter-relações entre os quatro componentes dos sistemas agrários (ecossistema; os grupos sociais e suas organizações; meios técnicos ou de produção; e fatores externos) permitiu demonstrar como diferentes grupos sociais, em diferentes tempos históricos, enfatizaram mais alguns e menos outros desses componentes. Quando da predominância de indígenas e luso-brasileiros, os componentes de maior relevância na ativação dos processos produtivos eram os ecossistemas e os grupos sociais. Houve alguns importantes deslocamentos no arranjo desses componentes com a vinda dos imigrantes europeus, já incorporando novos meios técnicos e importantes mudanças organizativas no trabalho e na interação social. Contudo, foram os processos produtivos derivados da modernização da agricultura que promoveram as transformações mais estruturantes nos sistemas agrários da região. Fatores externos ligados às políticas, aos mercados e ao uso de novos meios técnicos passaram a ser determinantes nos modos de produção, implantando um novo sistema agrário, que se tornou o convencional para esse contexto territorial.

O uso da metodologia de diagnóstico e análise dos sistemas agrários permite compreender que a realidade e sua análise são situacionais, conforme o território. Para o caso do Oeste Catarinense, ela permitiu evidenciar as grandes transformações históricas das dinâmicas agrárias, ao mesmo tempo em que evidenciou a importância de elementos específicos para promover essas grandes transformações. Exemplo disso é o impacto da adoção de apenas um meio técnico, o calcário, que, permitindo superar a condição ácida e álica dos solos das áreas planas, possibilitou que as lavouras se deslocassem para ali e os poteiros para as áreas declivosas,

---

mudando estruturalmente a paisagem rural e permitindo maior mecanização das lavouras, aliviando a carga de trabalho das famílias. Contudo, este é um exemplo positivo de uma transformação que incorporou inúmeros fatores externos às dinâmicas produtivas do território, gerando uma diversidade de externalidades negativas, especialmente em termos ambientais e sociais.

Os modos de produção agropecuária foram evoluindo e se diferenciando com o tempo. Numa análise mais abrangente, é possível afirmar que os períodos de predomínio indígena, luso-brasileiro e na primeira fase de ocupação do território por descendentes europeus representam um sistema agrário tradicional. Apesar das diferenças nas formas de combinação dos quatro componentes do sistema agrário, nos três períodos havia predomínio da produção para o autoabastecimento familiar; baixa relação com mercados e fatores externos; menores impactos ambientais; maior incorporação e menor exclusão socioeconômica; e menor produtividade e escala produtiva. A primeira fase de ocupação do território por descendentes europeus poderia ser interpretada como uma transição, pois alguns elementos dela (por exemplo, a produção disseminada de suínos) criaram condições favoráveis para a instalação de corporações agroalimentares no território, elemento-chave do período seguinte.

O estabelecimento de uma agricultura moderna, que se tornou a predominante, não eliminou os modos de produção anteriormente descritos do território. Assim, a dinâmica agrária foi se complexificando, onde passaram a conviver diferentes sistemas de produção e agrários. Contudo, passou a predominar um sistema agrário cuja principal característica é a relevância dos fatores externos e dos meios técnicos modernos, em muitos casos com

dependência tecnológica, das políticas e dos mercados. Neste sentido e no contexto atual dos sistemas agrários do território, é difícil imaginar a solução dos problemas ambientais e socioeconômicos sem mudanças estruturais em fatores externos como pesquisa, crédito, assistência técnica e extensão rural, e mercados.

Derivado do exposto, entende-se que há uma diversidade de elementos que impactarão os rumos futuros da região, dentre os quais destacamos: os preços internacionais de commodities como milho, soja, suínos e frango; o preço nacional e internacional, além da política do país para o leite, nova alternativa buscada pela maioria dos agricultores familiares da região; as políticas públicas para a agricultura familiar, que representa a grande maioria dos agricultores da região; as ações municipais e regional de desenvolvimento rural que se estabelecerem, promovendo o desenvolvimento social dos pequenos municípios rurais, hoje expressão dos mais baixos índices de desenvolvimento humano; a capacidade e a capacitação da sociedade civil para buscar novas e mais diversificadas alternativas que gerem renda e preservem a base de recursos disponíveis. Além desses elementos, entende-se que será chave para o território promover modos de produção menos dependentes de fatores externos, sem negar a pertinência de fatores como políticas públicas e alternativas de comercialização, pois eles certamente auxiliariam na geração de dinâmicas produtivas mais autossustentáveis.

As análises aqui apresentadas poderão ser qualificadas por estudos adicionais que aprofundem o entendimento da complexidade posta no território nas duas décadas recentes, assim podendo ir mais a fundo na identificação de fatores críticos e alternativos para o seu desenvolvimento.

---

## Referências

- Breves, W. S. O Chapecó que eu conheci. *Revista do Instituto histórico e geográfico de Santa Catarina*, 3(6), 7-73, 1985.
- D'Angelis, W. R. Para uma história dos índios do Oeste Catarinense. In: CEOM. Centro de Organização da Memória do Sócio-Cultural do Oeste. *Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM*. Chapecó: Unoesc, 1995. 336 p.
- Dufumier, M. *Anotações do curso de análise e diagnóstico de sistemas agrário*. Brasília: Projeto de Cooperação IN-CRA/FAO, 1996.
- Dumazert, P.; Levard, L. *Relaciones económicas en el sistema agrario. Cuadernos de desarrollo agrario. Proyecto "Elaboración de Material Didáctico de Agrosocioeconomía"*. Managua, Nicarágua: ISCA, 1988.
- IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 420 p.
- IBGE — *Censo Agropecuário*. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: [https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/index.html](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html)
- INSTITUTO CEPA. *Bacias hidrográficas do Estado de Santa Catarina: diagnóstico geral*. Florianópolis: Sonopress, 1995.
- IFFSC — Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina. *Regiões Fitoecológicas Klein 1978*. Furb, 2021. Disponível em: <https://www.iff.sc.gov.br/nossas-ações/mapeamento/mapas>. Acesso em: 21 ago. 2023.
- Marcon, T. *Memória e cultura: modos de vida dos caboclos do Goio-En (SC)*. São Paulo, Tese (Doutorado em História Social) – PUC/SP, 1999.
- Mazoyer, M; Roudart, L. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 568p.
- Mello, M. A.; Testa, V. M.; Ferrari, D. L.; Dorigon, C.; Silvestro, M. L. Agricultura familiar e modelos de produção de leite. In: Duarte Vilela et al. *O agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável*. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite. 2002. 546 p.
- Miguel, L. A. *Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários*. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 152 p.
- Miranda, C. R. *Aspectos produtivos e ambientais da suinocultura desenvolvida na sub-bacia do Lajeado Fragosos – Concórdia, SC*. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2002. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/busca-de-publicacoes/-/publicacao/443230/aspectos-produtivos-e-ambientais-da-suinocultura-desenvolvida-na-sub-bacia-de-lajeado-fragosos---concordia---sc>. Acesso em: 21 ago. 2023.
- Piazza, W. F. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: BRDE, 1982. 311 p.
- Poli, O. L. Cultura e modo de vida camponês no Oeste Catarinense: as bases para organização e reação frente a crise dos anos 70. In: *Cadernos do CEOM. n° 15*. Chapecó: Argos, 2002. 360 p.
- Radin, J. C. *Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do Oeste Catarinense*. 2 ed. Joaçaba: Unoesc. 2001. 188 p.
- Renk, A. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997. 226 p.
- Schmitz, P. I. A ocupação indígena do oeste catarinense. In: Carbonera, M; Schmitz, P. I. *Antes do oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas*. Chapecó: Argos, 2011.
- Schuh, M. B. *Histórias da colonização de Palmitos*. Chapecó: CEOM/Unochapecó, 2011.
- Testa, M. et al. *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: proposta para discussão*. Florianópolis: Epagri, 1996. 247 p.
- Tommasino, K. Território e territorialidade Kaingang: resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: Mota, L. T.; Noelli, F. S. Tommasino, K. *Uri e Wãxi: estudos interdisciplinares dos Kaingangs*. Londrina. Ed. UEL, 2000. 378 p.
- Valentini, D. J. et al. *Revelando o Contestado: as fotografias na história do centenário da guerra*. Chapecó: Argos, 2015. 230 p.
- Werlang, A. A colonização do Oeste Catarinense. In: *Anais do II Encontro de Cientistas Sociais: problemática regional e aportes para o futuro*. Vol. I. Chapecó: Unoesc / Unijui / Unam, 1994.